

General coloca Forças Armadas no alvo do 8/01

Oficial da reserva, Ridauto Lúcio Fernandes teve bens apreendidos pela PF

Por Gabriela Gallo

As Forças Armadas passaram a ser alvo da Polícia Federal nas investigações contra os acusados por atuarem nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, em Brasília. Na última sexta-feira (29) o general da reserva Ridauto Lúcio Fernandes foi alvo de busca e apreensão durante a 18ª fase da Operação Lesa Pátria, que investiga quem atuou, incentivou e financiou os ataques contra os três Poderes. Ele teve o celular, passaporte e arma apreendidos. O general prestou um depoimento de três horas na sede da Polícia Federal, em Brasília, e depois foi liberado.

A operação foi expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu depoimento à polícia, Ridauto alegou que participou dos atos de oito de janeiro “como qualquer outro manifestante” e que depois deixou a Praça dos Três Poderes antes de começarem os atos de depredação.

No entanto, a declaração do militar contradiz imagens registradas no dia. Um vídeo, gravado por ele mesmo, mostra o general comentando sobre as bombas de gás lacrimogênio jogadas pela Polícia Militar do DF. “Acreditem, a PM jogou gás lacrimogêneo na multidão durante meia hora e agora eles



Apesar de estar na reserva, Ridauto é o primeiro militar alvo

estão aqui na frente”, falou o acusado durante o vídeo. Ao sair da PM, ele declarou a jornalistas que “não tem nada a temer” e que a ação da PF na casa dele ocorreu “de forma tranquila”.

Análise

Apesar de já estar na reserva, o general é o primeiro militar acusado de estar diretamente envolvido nos atos antidemocráticos. O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), tenente-coronel Mauro Cid, foi preso devido ao esquema da compra e revenda de joias

e também pela falsificação do cartão de vacinação contra a Covid-19. Não por tentativa de golpe de Estado.

Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político Tiago Valenciano destacou que a operação pode ser interpretada como “um ponto simbólico acerca dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro”.

“É uma resposta àqueles que invadiram os diversos prédios públicos. Portanto, o recado está dado: quem atentar contra o estado democrático de Direito vai arcar com as consequên-

cias de um crime desta natureza - algo recente na política brasileira”, disse o cientista político.

Para o cientista político, o fato de militares acabarem sendo alvos da investigação não impedirá que venha a acontecer um arrefecimento da tensão política junto às Forças Armadas. Ele avalia que, como instituição, as Forças Armadas foram muitas vezes reféns da atitude de alguns dos seus indivíduos. E já teriam mesmo compreendido isso.

Também em entrevista ao Correio da Manhã, o analista político Leandro Gabiati re-

lembrou que militares da reserva têm mais liberdade para se manifestarem politicamente.

“Uma coisa é você mexer com militares da ativa. Aí, sim, há um desdobramento político, ou há um desgaste político maior. Agora, quem está na reserva, está na reserva. Logicamente continua sendo militar, mas está na reserva. Os militares da reserva têm uma liberdade maior para opinar sobre política. Então, eu entendo que o Exército neste caso não deve sinalizar qualquer tipo de desconforto ou de preocupação”,

pontuou Gabiati.

E tal como disse Leandro Gabiati, o Centro de Comunicação Social do Exército informou ao Correio da Manhã que “o General Ridauto encontra-se na reserva e não ocupa cargo ou desempenha função na Força”.

“Cabe destacar, também, que o Exército não se manifesta no transcurso de processos de investigação a cargo de outros Órgãos”, informou a assessoria do Exército, por meio de nota.

Kids pretos

Ridauto Lúcio Fernandes fazia parte de um grupo específico do Exército que ganhou o apelido de “kids pretos”. Eram uma parcela do alto escalão que se aproximou do governo de Jair Bolsonaro. São militares (de ativa ou não) que se especializam em operações especiais do Exército, com foco nas ações de sabotagem e incentivo em revoltas populares, mas que não chega a se transformar em guerra civil.

Em julho de 2021, ele foi nomeado pelo então ministro da Saúde, o general Eduardo Pazuello, como diretor de Logística do Ministério da Saúde. Foi exonerado do cargo em 31 de dezembro de 2022, com o fim do governo Bolsonaro. Durante sua atuação no Ministério da Saúde, o militar esteve envolvido na crise de falta de oxigênio nos hospitais em Manaus, no Amazonas.

‘Conselho tutelar pode ser diferença entre vida e morte’

Neste domingo (1º), eleitores de todo o país foram às urnas para escolher seus representantes nos 6,1 mil conselhos tutelares existentes no país. No total, 30,5 mil conselheiros foram escolhidos, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Os conselheiros e conselheiras tutelares são eleitos com a missão de garantir que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados. Existentes há mais três décadas, os conselhos foram criados a partir de uma determinação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em entrevista à Agência Brasil, o coordenador-geral de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos do MDHC, Diego Alves, destacou a importância da mobilização popular para a escolha dos conselheiros e conselheiras tutelares. “A escolha do conselheiro tutelar mais adequado simplesmente pode ser a diferença entre a vida e a morte de quem precisa desse atendimento. É desse nível de importância que a gente está falando. A criança que está sofrendo violações com reiterado estado de violência, de negligência e que não tem o atendimento adequado ou que é atendida por um conselheiro que não está capacitado, que não é a figura adequada para fazer esse atendimento, pode acabar até mesmo morrendo”, disse.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Agência Brasil: Qual



Diego, coordenador-geral de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos do MDHC

a importância desta eleição de domingo para conselheiros tutelares?

Bom, o Conselho Tutelar é um órgão essencial para crianças e adolescentes. Não é à toa que, quando se cria o Estatuto da Criança e do Adolescente, você cria esse órgão que é para ser o fiscalizador da garantia dos direitos. Ele é o representante de cada comunidade, de cada cidade para ver se os direitos da lei previstos no estatuto estão sendo garantidos ou não, se não estão, para articular todo o sistema de garantia em torno dele e defender e efetivar esses direitos. Então, é um órgão absolutamente essencial para as crianças e adolescentes. E não só isso, ele é um órgão democráti-

co. Ele é previsto para ser eleito pela sociedade, justamente para representar a vontade daquela comunidade e as pessoas mais qualificadas, engajadas referenciadas pela sociedade a atuar em nome dela na garantia dos direitos das adolescentes, para atender às crianças, orientar as famílias e articular a rede. É uma liderança comunitária muito importante e presente em todas as cidades do Brasil. É algo de muita capilaridade.

Agência Brasil: Quais são os principais desafios dos conselhos tutelares?

O conselho tutelar tem muitos desafios. E o primeiro é ser mais reconhecido, valorizado e fortalecido pela sociedade. Os

conselhos tutelares têm que atuar com muita diligência, muita dedicação de cumprimento das suas atribuições na forma da lei, inclusive porque tem sido muito deturpada. Pouca gente conhece e às vezes desvia dessa função, chegando inclusive a casos em que conselheiros violam direitos em vez de garanti-los. A gente vive uma realidade de muitas violações de direito no Brasil. Crianças fora da escola, de trabalho infantil, de violência, em especial da violência sexual enorme, que precisa ser combatida. Precisa ser uma atuação muito decisiva dos conselhos, que são órgãos mais presentes na comunidade para atender, identificar, denunciar, atuar na responsabilização e na defesa dessas vítimas.

Agência Brasil: Quais políticas públicas o governo tem elaborado para formação dos conselheiros?

O Ministério dos Direitos Humanos está voltando uma política de formação, que é a escola de contextos. Uma política que já foi implementada em alguns momentos, mas agora a gente está retomando, porque acha que esses conselheiros precisam de formação continuada, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, e que seja presencial e integrada entre os conselhos tutelares com demais órgãos do sistema de garantia de direitos, que atuam juntos atendendo crianças e adolescentes. Essa rede de atendimento precisa ser fortalecida como uma formação conjunta para todos. Este ano, o ministério deve investir mais de R\$ 5 milhões na retomada desse programa, esperando conseguir colocar cada vez mais recurso nesse projeto e assim estruturar um órgão em todos os estados do Brasil, para que seja uma estrutura centralizadora da formação de referência. Além disso, a gente segue disponibilizando cursos online na Escola Nacional de Direito da Criança e do Adolescente, que podem ser acessados por qualquer um a qualquer tempo.

Agência Brasil: Como o senhor vê a questão da politização das eleições do conselho? Pessoas ligadas a políticos ou que usam o conselho tutelar

como trampolim para uma carreira política?

É bastante problemático na medida em que a intenção da pessoa ao se candidatar não é exatamente a defesa dos direitos da criança e do adolescente, isso acaba resultando em uma atuação enviesada, atuação violadora de direitos. É importante dizer que não há qualquer problema nas pessoas terem vinculação partidária, dedicação a um partido, qualquer religião, qualquer grupo desde que a sua atuação seja conduzida pela lei e não pelas suas crenças pessoais, ou seja, desde que o interesse da criança venha primeiro, não há problema pessoas de qualquer religião, de qualquer partido e ter um bom conselho tutelar, inclusive há inúmeros casos de pessoas vinculadas a partidos e às mais diversas religiões que são excelentes conselheiros tutelares, porque sabem diferenciar a sua atuação pessoal da atuação no conselho, porque sabem que precisam ter uma atuação profissional e estritamente legal. A gente tem identificado, tentado adotar medidas para evitar abuso do poder político, do poder religioso nas eleições pelas resoluções do Conanda, que é o Conselho Nacional das Crianças e dos Adolescentes. De fato, é um problema que só vai ser resolvido quando a sociedade quiser mobilizar-se para votar pelas pessoas que vão defender o direito das crianças e adolescentes, e não por qualquer outro motivo.

Carolina Pimentel (Agência Brasil)